



Concordo com a proposta
de classificação nos termos
desta Superintendência.

Δ DGPC

2020/12/18
ANTÓNIO PONTE
Diretor Regional

INFORMAÇÃO 1475208 DSBC/DRCN/20

data: 24.11.2020

cs: 1475208

Processo nº: DRP/CLS - 2164

Assunto: Proposta de classificação e fixação de ZEP da Igreja de Nossa Senhora da Boavista e Centro Paroquial, freguesia de Ramalde, concelho do Porto.

1. Enquadramento

Os antecedentes deste processo estão expostos na informação 1271041 de 27/06/2018, para onde remetemos.

O procedimento foi aberto por despacho da Sra. Diretora Geral do Património Cultural de 10/01/2019, sob proposta da DRCN e Parecer da SPAA do Conselho Nacional de Cultura de 10/10/2018.

Foi cumprida a fase de notificação, publicação, comunicação e divulgação, não tendo sido rececionado nesta Direção Regional qualquer reclamação ou recurso.

2. Proposta de classificação

O valor patrimonial do imóvel foi já justificado na informação 1271041 de 27/06/2018 e reconhecido no Parecer da SPAA do Conselho Nacional de Cultura de 10/10/2018: Assim, dada a obra referida, ter uma indiscutível qualidade e até excecionalidade no âmbito da arquitetura moderna religiosa em Portugal, articulada com um programa iconográfico da autoria de mestres consagrados como Júlio Resende, Zulmiro Carvalho, Manuel Aguiar e Francisco Laranjo, a SPAA do CNC concorda com a abertura do procedimento de classificação da Igreja de Nossa Senhora da Boavista e do Centro Paroquial (...).



Mantemos este entendimento. A qualidade arquitetónica e artística da Igreja e Centro Paroquial passou a prova do tempo e está consolidada entre os especialistas, fazendo já parte da história da arquitetura contemporânea portuguesa, onde figura como uma obra de referência. Justifica-se por isso que seja objeto de proteção legal através de classificação como Monumento de Interesse Público.

3. Zona Especial de Proteção

A ZEP proposta decalca a ZEP provisória, aceite pela SPPA. Esta ZEP permite salvaguardar o contexto urbano que se relaciona mais diretamente com o monumento em termos visuais, mas também o contexto que possui uma relação interpretativa e informativa com o bem e que neste caso nos parece muito evidente.

A Igreja e Centro Paroquial foi construída no contexto da grande operação urbanística / imobiliária do Bairro do Foco, ou como referimos na informação 1271041 de 27/06/2018: (...) *a construção da Igreja e Centro Paroquial integrou-se num plano mais vasto, que explica e confere significado aos equipamentos religiosos.* É esta ligação muito direta entre o monumento e bairro que interessa salvaguardar e que justifica os limites da ZEP proposta.

4. Conteúdos da ZEP – artigo 43º do DL 309/2009

Os conteúdos propostos visam assegurar a preservação das características arquitetónicas fundamentais do conjunto urbano, incluindo espaços verdes, bem como a possibilidade de correção de dissonâncias em futuras intervenções. Propõe-se ainda a dispensa de parecer para alterações de interior não estruturais, dentro do espírito do nº 5 do artigo 43º da lei 107/2001.

Assim, propomos que sejam fixadas as seguintes restrições:

- a) Obrigatoriedade de manutenção das cérceas, desenho das fachadas e revestimentos exteriores dos edifícios.
- b) Obrigatoriedade de manutenção do perfil, desenho e material das caixilharias. Não é admissível a colocação de caixilharias à face das paredes exteriores.
- c) As futuras intervenções no exterior dos edifícios devem contemplar a remoção de elementos dissonantes, como aparelhos de ar condicionado, caixilharias duplas implantadas à face das paredes exteriores, marquises e toldos.
- d) Ficam isentas de parecer da administração do património cultural, as obras ou intervenções no interior dos edifícios que não impliquem alterações estruturais, à exceção das intervenções em zonas comuns, como átrios, escadas, corredores e elevadores, que são sempre submetidas a parecer prévio da administração do património cultural competente.
- e) Obrigatoriedade de manutenção do desenho dos jardins e espaços verdes.
- f) Obrigatoriedade de manutenção dos revestimentos dos pavimentos adjacentes aos prédios, em calçada à portuguesa.



Conclusão

Em face do exposto, propomos:

- A classificação da Igreja de Nossa Senhora da Boavista e Centro Paroquial como Monumento de Interesse Público.
- A fixação da zona especial de proteção conforme representada na planta anexa a esta informação.
- A fixação dos conteúdos propostos no ponto 4 desta informação.

À consideração superior,

O Diretor de Serviços dos Bens Culturais

David Ferreira